

RELATÓRIO

MOVIMENTO CONTRA A REDUÇÃO DA MAIORIDADE PENAL DO ESTADO DE SÃO PAULO

05 a 07 de Junho de 2001



Participantes na ordem da esquerda para a direita: Francisca, Sérgio, Luis Fernando (SP), Dra. Maria Inês (Diretora do DCA - Ministério da Justiça) e Magda (SP).

Junho de 2001

São Paulo - SP



SUMÁRIO

1. APRESENTAÇÃO.....	4
2. HISTÓRICO DA MOBILIZAÇÃO EM SÃO PAULO.....	4
3. ATIVIDADES REALIZADAS EM BRASÍLIA.....	6
4. DESAFIOS A SEREM ENFRENTADOS.....	11
5. ANEXOS	13

)
Participação das atividades em Brasília

Representantes do Movimento de São Paulo

Francisca Rodrigues de Oliveira Pini

Magda Teodoro de Arruda

Luis Fernando Beraldo

Sergio Ruy David

Denis Geierse

Steven Kerry

Representantes do Comitê Gaúcho contra a redução da idade penal

Pastor Evaldo Luis Pauly

Agradecimentos

A Sra. Josephina Bacarin – CONDEPE, companheira nessa luta e por todo empenho realizado junto à Comissão de Direitos Humanos e Departamento da Criança e do Adolescente do Ministério da Justiça no agendamento das reuniões.

A Jussara de Goiás – Coordenadora do Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua, pela acolhida e hospedagem na sede do Movimento.

Ao NTC/PUC-SP, Centros Acadêmicos XI de Agosto e 22 de Agosto pelas cópias dos materiais utilizados em Brasília.

Ao Marcelo Aversa do Núcleo de Trabalhos Comunitários – NTC/PUC-SP, companheiro nessa luta e colaborador na editoração deste relatório.

Relatório do Movimento Contra a Redução da Maioridade Penal do Estado de São Paulo

1. Apresentação

Este relatório pretende descrever a história de mobilização, no Estado de São Paulo, contra a redução da idade penal, bem como, pontuar os desafios que teremos para assegurarmos as conquistas da Constituição Federal de 1988 e da Lei n. 8.069/90 (Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA).

2. Histórico da Mobilização em São Paulo

No amplo espaço de articulação e debates da III Conferência Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente deliberou-se que o movimento deveria iniciar mobilização contra os Projetos de Emenda Constitucional tendentes a reduzir a idade de imputabilidade penal. Nesse sentido, o Movimento pela Infância e Adolescência do Estado de São Paulo inicia processo de articulação política com todos os segmentos, direta ou indiretamente, ligados a defesa dos direitos da criança e do adolescente, o que culminou com a formação do movimento “10 anos – Comitê Paulista em Defesa do Estatuto da Criança e do Adolescente”, cujo lançamento foi em julho de 2000 na Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo.

Infelizmente, esse movimento não conseguiu dar continuidade ao programa de atividades que havia construído. Com isso, o Fórum Estadual de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente de São Paulo – Fórum Estadual DDCA/SP buscou novamente reanimar o processo, por meio da realização de um novo evento, o Seminário “Diga Sim ao ECA e Não a Redução da Idade Penal”, realizado em 10 de fevereiro de 2001. Após esse evento, foi chamada reunião de articulação no Conselho Estadual da Defesa da Pessoa Humana, espaço em que as propostas do “Comitê” foram construídas, a fim de retomar o processo de luta em defesa da manutenção da idade de responsabilidade penal em 18 anos, uma vez que já havia parecer favorável da Comissão de Constituição e Justiça da Câmara Legislativa Federal.

O Fórum Estadual DDCA/SP tomou conhecimento que o Movimento Estudantil iniciara articulação para se posicionar contra a redução da idade penal. Assim, rapidamente buscou-se integração entre os movimentos, organizando-se, no final do mês de fevereiro, o “Movimento Contra a Redução da Maioridade Penal do Estado de São Paulo” com reuniões semanais no Centro Acadêmico “XI de Agosto”.

O “Movimento Contra a Redução” está organizado em três comissões: **Frente de Mobilização Estadual**, que buscará levar o debate sobre o tema para todo o Estado de São Paulo; **Frente de Mobilização Federal**, que buscará articular com os Deputados no sentido de convencê-los da inviabilidade da proposta da redução da idade penal da importância do cumprimento do ECA, bem como, buscar articulação com outros estados da Federação para ampliar o movimento; e, finalmente, a **Frente de Produção de Material**, que subsidiará a ampliação do movimento com produção teórica e de articulação com especialistas para elaboração de pareceres de diversas áreas do conhecimento, apresentando os argumentos contrários a redução da idade penal e os favoráveis ao ECA.



Deputado Federal Luiz Fleury mostrou-se receptivo a entrega dos pareceres, sendo um dos parlamentares a ser convencido sobre o projeto contra a redução da idade penal.

3. Atividades realizadas em Brasília

O primeiro encontro foi realizado com a diretora do Departamento da Criança e do Adolescente do Ministério da Justiça, Dra. Maria Inês Bierrembach. Neste encontro conversamos sobre a reunião que o Centro Acadêmico “XI de Agosto” havia realizado com o Ministro da Justiça, Dr. José Gregori, em que o Ministro se prontificou, através do Departamento da Criança e do Adolescente do Ministério da Justiça - DCA, a publicar uma cartilha constando os pareceres de juristas renomados e profissionais das diversas áreas. Solicitamos ao ministro que o mesmo fizesse a apresentação da cartilha, aceitando de pronto o convite.

A Dra. Maria Inês informou-nos que, a priori, o convênio para a elaboração da cartilha seria com o Centro Acadêmico “XI de Agosto”, mas que, em decorrência da falta de documentos do Centro Acadêmico, verificará dentre as entidades que já possui convênio com o DCA, a fim de agilizar tal processo. Disse-nos que a nossa proposta de publicação soma-se com a do CONANDA, pois, já estão organizando textos como também artigos de jornais. Ratificou a posição do Ministro da Justiça e disse sobre a importância de nos colocarmos diante desse debate com propostas muito concretas. Desta forma, enfatiza que o nosso debate deve pontuar todas as experiências de aplicação efetiva das medidas sócio-educativas. Perguntou sobre o Dr. Gercino Gerson Gomes Neto, explicamos que em decorrência de sua atuação como promotor da vara especial, havia várias audiências que o impossibilitou nessa mobilização, mas enviou o seu texto como contribuição.

Dirigimo-nos à Câmara dos Deputados, onde conversamos com a Deputada Federal Luiza Erundina do PSB. A deputada colocou-se, representando o seu partido, e disse que também está nessa luta contra a redução da idade penal.



Reunião com a Deputada Federal Luiza Erundina (PSB).

Neste mesmo período, protocolamos a nossa carta para o líder do PC do B, Deputado Federal Inácio Arruda.

Protocolamos também para os seguintes líderes:

- do PPB, Deputado Federal Odelmo Leão;
- do PMDB, Deputado Federal Gedel Vieira;
- do PFL, Deputado Federal Inocêncio de Oliveira;
- do PV, Deputado Federal Fernando Cabeira;
- do PSDB, Deputado Federal Jutahy Magalhães;
- do Governo no Congresso Nacional, Deputado Federal Artur Virgílio;
- do Governo na Câmara dos Deputados, Deputado Federal Arnaldo Madeira;
- do PTB, Deputado Federal Roberto Jeferson;
- do PL, Deputado Federal Valdemar Costa Neto;
- do governo no Senado interinamente, Senador Romero Juca;
- do PPS, Deputado Federal João Herrmann Neto;
- do PSL, Deputado Federal Lincohn Portela.



Deputado Federal Fernando Gabeira (Líder do Partido Verde - PV).

É importante salientar que estive com o Movimento de São Paulo, o Pastor Evaldo, representando o Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente do Rio Grande do Sul. No período da tarde, dividimo-nos e o Pastor foi representar o grupo no Fórum Nacional de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente, manifestando-se que esta articulação contra a redução estava para somar, principalmente com o CONANDA. Pois, essa luta é muito inglória: o princípio do respeito à condição peculiar da pessoa em desenvolvimento está em sendo questionado pelas PECs. Com isto, o Movimento se apresentou para a articulação com os outros estados que também estão se mobilizando como: Santa Catarina, Rio de Janeiro e Pernambuco entre outros.



Da direita para a esquerda: Steven, Denis, Francisca (SP), Dr. Cristovan Burque (Presidente da Missão Criança, Magda (SP) e Pastor Evaldo (RS).

Estivemos reunidos com o Dr. Cristóvão Buarque, Presidente da MISSÃO CRIANÇA, o qual se prontificou a escrever um parecer sobre o assunto manifestando seu posicionamento contrário à redução. Além de se juntar nesse luta pela implantação efetiva do ECA.

No final da tarde, do dia 5 de junho, reunimo-nos com a Coordenadora do Programa Integração AABB-Comunidade e sua equipe, que se colocou a disposição do movimento para trabalhar na sensibilização dos educadores que desenvolvem atividades pelo Programa (em rede nacional).

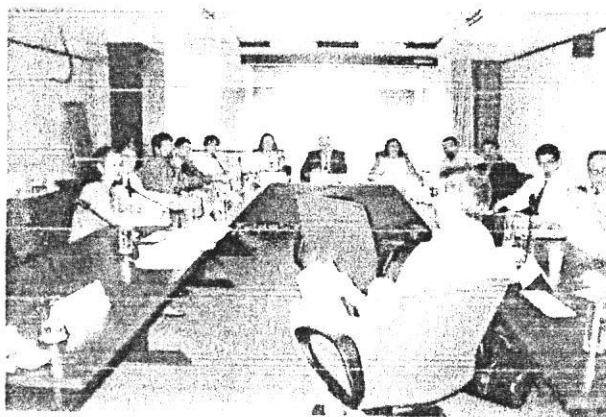


Da direita para a esquerda: Pastor Evaldo, Magda, Lucilene, Selma (FENABB), Francisca, Patricia (Coordenadora do Programa Integração – AABB Comunidade).

No dia 06 de junho, iniciamos as atividades com uma reunião no Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente - CONANDA. Primeiramente, estivemos presentes na apresentação inicial de todos os conselheiros e conselheiras, tendo em vista a posse da Dra. Maria Inês no CONANDA. Todos a acolheram muito

bem e saudaram a sua chegada, posteriormente os conselheiros e conselheiras se reuniram em comissões temáticas. Nós fomos atendidos pela comissão de Orçamento e Medidas Sócio-educativas.

A coordenadora da comissão, Prof^o. Maria Stela Santos Graciani, nos deu as boas vindas e em seguida, o presidente do CONANDA, Sr. Cláudio, informou que esteve reunido com o Ministro da Justiça, juntamente com a Frente Parlamentar da Criança e do Adolescente e o Fórum nacional DCA. Na reunião o Ministro se prontificou a conversar com todos os Deputados e Senadores, autores de Projetos de Emenda Constitucional favoráveis a redução da idade penal. Sr. Claudio informou ainda que o Presidente da Comissão de Constituição e Justiça é o Deputado Federal Sr. Inaldo Leitão.



Reunião no CONANDA com a Comissão de Orçamento e Medidas Sócio-Educativas

Importante detalhar a reunião com o Presidente do CONANDA, visto que o Sr. Claudio perguntou pela presença do Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente de São Paulo - CONDECA/SP. Informamos que o CONDECA/SP não tem sido mobilizador e articulador dessa luta. Para ilustrar, na organização do Seminário “Diga Sim ao ECA e Não a Redução da Idade Penal”, ao convidarmos o CONDECA/SP formal e informalmente, a Presidente justificou, apenas informalmente, a impossibilidade da participação, face o compromisso assumido com o “Pacto São Paulo Contra a Violência”, não podendo assumir outras atividades. Desta forma o Movimento continuou sua caminhada, mesmo sem a presença do CONDECA, apesar de saber da força do órgão nesta articulação e mobilização.

O presidente do CONANDA ressaltou a deliberação da III Conferência Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente, quanto à mobilização e articulação contra a redução da idade penal, nos estados os responsáveis por esta

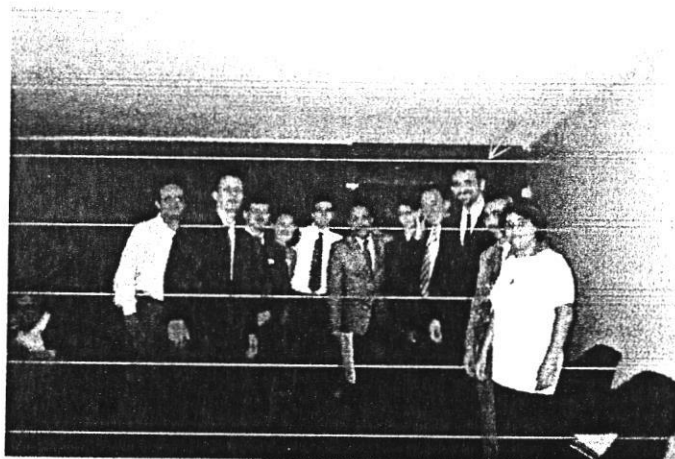
articulação deve ser os Conselhos Estaduais em parcerias com os fóruns e demais entidades. Portanto nos sugeri que chamássemos o CONDECA mais uma vez, e, caso não haja resposta o CONANDA virá a São Paulo, pois nenhum Conselho Estadual pode se omitir desta luta.

Na reunião ordinária da Comissão de Direitos Humanos da Câmara dos Deputados, do dia 6 de junho, às 14h, o Presidente, Deputado Federal Nelson Pellegrino (PT-BA), abriu sessão, concedendo espaço na pauta para que o movimento se apresentasse.



Reunião da Comissão de Direitos Humanos. Padre Roque (Vice-presidente da Comissão) e o Deputado Federal Luiz Eduardo Greenhalgh (membro da Comissão)

Representando o movimento, o Pastor Evaldo enfatizou a inconstitucionalidade da PEC 171/93. Pois, a sociedade conquistou, com a Constituição Federal de 1988 e com o ECA, o sistema de responsabilização para o adolescente com a aplicação de medidas sócio-educativas para os autores de ato infracional, conforme o princípio do respeito a condição peculiar de pessoa em desenvolvimento. E ainda, ressaltou a falência do sistema penitenciário, que viola direitos fundamentais e não contribui para a inclusão social do preso adulto. Alguns membros da Comissão solicitaram a palavra para parabenizar e manifestar posições contrárias a redução, como o Deputado Federal De Velasco (PSL-SP), e o Deputado Federal Luiz Eduardo Greenhalg (PT-SP).



Em destaque o presidente da Comissão de Direitos Humanos Deputado Federal Nelson Pellegrino.

Como última atividade do Movimento, estivemos reunidos com o líder do PT na Câmara dos Deputados, Deputado Federal Walter Pinheiro, que convidou os Deputados, Luiz Eduardo Greenhalg (PT-SP) e Marcos Rolim (PT-SP), ambos das Comissões de Direitos Humanos e de Constituição e Justiça, para o acompanhamento do PT em nível nacional, assessorando e subsidiando os Movimentos Estaduais na luta contra a redução da idade penal.



Da direita para a esquerda: Magda, Denis, Líder do PT na Câmara dos Deputados Deputado Federal Valter Pinheiro, Deputado Federal Marcos Rolim, Francisca, Deputado Federal Luis Eduardo Greenhalg e Steven.

4. Desafios a serem enfrentados

Após esse contato com os legisladores, ficou evidente que não só a sociedade em geral necessita de informações, mas também aqueles que tem o poder decisório. Inclusive, não há posições tomadas pelos Partidos a favor da redução da idade penal, o que pudemos identificar foram posições isoladas de Deputados e

Senadores, geralmente, porque desconhecem ações concretas por parte do Poder Público em efetivar os programas de medidas sócio-educativas.

Nesse sentido, o Estado de São Paulo é a referência negativa de política pública para adolescentes em conflito com a lei. Pois, os legisladores que defendem ou tendem para a defesa da redução da idade penal citam como principal argumento as rebeliões da FEBEM/SP.

Diante dessa falta de informação geral e de alguns segmentos da mídia trabalhando com argumentos emotivos, o principal desafio é ampliar a mobilização de forma articulada e organizada, por meio da construção de um discurso sobre a efetividade dos Programas de Medidas Sócio-educativas, apresentando para a sociedade os resultados positivos de estados, como Santa Catarina, Pará, Rio Grande do Sul e outro, que cumprem o ECA.

Na mobilização temos que contar com a participação efetiva dos Fóruns de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente, dos Conselhos dos Direitos e todos os movimento organizados de defesa dos direitos humanos. Somente com informação é que a sociedade e governantes poderão tomar uma decisão coerente com a construção de um Estado Democrático de Direito.

Especialmente para São Paulo, estaremos reunidos na Sala dos Estudantes na Faculdade de Direitos da USP, situada no Largo São Francisco, no próximo dia 22/06 às 14h, discutindo as medidas sócio-educativas. Compareça!!!

5. ANEXOS

Excelentíssimo Senhores Senadores e Deputados Federais

O segmento da sociedade paulista, composto pelo Comitê em Defesa do ECA, o Centro Acadêmico “XI de Agosto” e o Fórum Estadual de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente do Estado de São Paulo- dentre várias entidades, que estão comprometidos com a efetivação do Estado Democrático de Direito, por meio de ações de controle social da legalidade das decisões do Poder Público, vem se posicionar publicamente contra o parecer favorável da Comissão de Constituição e Justiça da Câmara Legislativa Federal que possibilita o andamento dos projetos de lei e propostas de emenda constitucional de redução da idade penal para menos de 18 anos.

O Movimento pela Infância e Adolescência ganha novos aliados na luta contra a redução da idade penal do Movimento Estudantil, que passou a se reunir num dos principais focos geradores das lutas democráticas de nosso país: o Centro Acadêmico “XI de Agosto”. Com esta nova força jovem continuaremos a lutar por espaços públicos, principalmente da mídia, para fundamentar nosso posicionamento em defesa de todos aqueles que tem menos de 18 anos, sem qualquer discriminação social, econômica ou cultural.

Nosso Movimento vem se reunindo semanalmente na Faculdade de Direito do Largo de São Francisco dividido em três frentes: A primeira é a de Mobilização Estadual, buscará levar o debate sobre a redução para todo o Estado de São Paulo. A Frente de mobilização Federal buscará conversar com os deputados e tentará convencê-los da inviabilidade da proposta da redução da idade penal e da importância do cumprimento do ECA. Finalmente à frente de Produção de material, elaborará subsídios e um material acadêmico com pareceres de especialistas das mais diversas áreas do conhecimento, mostrando os argumentos a redução da idade penal.

Colocamo-nos assim, a disposição de V.Ex.a para somarmos nesse movimento contra a redução da maioria penal, bem como convida-lo a toda sorte de contribuição com o nosso movimento. Certos de que outra postura não se pode esperar dos representantes do povo.

Segue anexo manifesto do Movimento onde V. Ex.a encontrará os argumentos centrais desse debate.

Contatos com a Comissão de Mobilização Nacional

Fórum Estadual de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente

Francisca Rodrigues de Oliveira Pini

Tel: xxx11- 220-9055 e 3951-3805

Centro Acadêmico “XI de Agosto”

Gustavo Bambini

Te: xx11- 3111-4082 31114083 e 31049693 (fax)

Núcleo de Trabalhos Comunitários da PUC-SP

Marcelo Aversa - tel: xxx11- 3864-6503 3864-7377- email: ntc@dmnet.com.br

Movimento Nacional de Direitos Humanos

Rildo Marques de Oliveira- tel: xxx11- 6191-9096- email: rildomarques@uol.com.br

Fundação Criança

Magda Teodoro de Arruda – tel: xxx11 – 4123-9819/4330/1455.

MOVIMENTO CONTRA A REDUÇÃO DA MAIORIDADE PENAL DO ESTADO DE SÃO PAULO

DIGA SIM AO ECA E NÃO A REDUÇÃO DA IDADE PENAL

De tempos em tempos, a conservadora sociedade brasileira procura dentre os problemas sociais um motivo que responda a situação da violência. Na década de 1990 e até os dias de hoje, o motivo encontrado tem sido o adolescente e o jovem adulto envolvido com a violência urbana. Em geral, esta parcela está excluída; e, por esta circunstância, acaba se envolvendo com alguma prática infracional. É nesta contradição que os jovens são vítimas da violência causada pelo Estado e pela sociedade, e também são violadores de direitos.

- Com a idéia de assegurar direitos especiais para aqueles que se encontram em situação peculiar de desenvolvimento, a sociedade brasileira já estabeleceu um consenso legal: a Lei n. 8.069/90, Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA. Esta legislação está em consonância com as normas nacionais e internacionais de direitos humanos. Se entendermos que as pessoas com menos de dezoito anos ainda não alcançaram desenvolvimento emocional, psíquico, intelectual, moral e político; então, não podemos nem pensar num sistema de responsabilização que seja igual ao do adulto. Portanto, a fixação da responsabilidade penal a partir dos 18 anos é um direito individual, não podendo ser alterado, conforme previsão constitucional: "Não será objeto de deliberação a proposta de emenda tendente a abolir:... inciso IV - os direitos e garantias individuais" (IV, do § 4º, do art. 60, da CF).
- No sentido de especificar o sistema de responsabilização para o(a) adolescente, o ECA estabeleceu a aplicação de medidas sócio-educativas aos adolescentes que, por circunstância da vida, cometem atos infracionais. Por isso, afirmar que o adolescente fica impune, quando comete um ato infracional, é argumento daqueles que desconhecem o ECA, uma vez que as medidas previstas no Estatuto vão desde a advertência até a *internação* (art. 112, do ECA), sendo aplicadas de acordo com a gravidade do ato infracional por juízo especial para a infância e a adolescência. No entanto, o poder público em conjunto com a sociedade civil organizada ainda não alcançou com eficiência a implementação dessas medidas, com exceções de alguns Estados brasileiros.
- No Estado de São Paulo, podemos identificar a inoperância das medidas, fruto do descaso principalmente do executivo estadual, que, ao longo dos 10 anos do ECA, não conseguiu alcançar a qualidade no atendimento e tampouco implantou a descentralização e a municipalização tão alardeada durante a década de 1990.

- O órgão público que executa a medida de privação de liberdade, a FEBEM, está sob controle do governo do Estado. Apesar do custo mensal per capita ser de R\$ 1.700,00, a instituição não possibilita aos adolescentes internados, uma proposta pedagógica integradora como: escolarização com qualidade, profissionalização, esporte, cultura e lazer e, o mais importante, a preservação dos vínculos familiares. Temos exemplos de adolescentes em unidade cujas residências de seus familiares se encontram no extremo oposto da cidade: um adolescente que mora na Zona Sul cumpre a medida em unidade de Franco da Rocha, região da Grande Norte da Capital.
- Os argumentos mais comuns à redução da idade penal são dois: a carteira de habilitação e o voto político aos 16 anos de idade. “A primeira se fundamenta na concessão, dada aos maiores de 16 anos, do direito político de votar. Isso, na verdade, não implica no reconhecimento da plena capacidade política do eleitor em questão, uma vez que se reveste de característica restritiva, pois, o adolescente maior de 16 anos tem a *faculdade e não o dever* de votar. Além disso, não pode ser votado e permanece inelegível até completar 18 anos de idade. O segundo argumento está relacionado à concessão de habilitação para dirigir veículos aos maiores de 16 anos... Dados fornecidos pelo ‘Informativo Inesc’ 82/Abril de 1998, indicam que só na Câmara dos Deputados existem ainda quatro propostas destinadas a habilitar o adolescente aos 16 anos de idade à obtenção de carteira como condutor de veículos automotores, ao que consta toda de caráter restritiva” (Cury, Munir. “Reduzir A Idade Penal Não É Solução”, São Paulo, 1998, mimeo).
- Outra questão colocada pela sociedade é a segurança, porém, dissociada das políticas sociais públicas. Os cidadãos são protegidos pelo Estado por meio de sua estrutura policial, que é cada vez mais exigida pela sociedade. Está sendo criada uma ficção de que a violência deve ser combatida com maior policiamento e mais espaços prisionais para confinar pessoas com práticas criminais. No entanto, não se exigem do Estado, escola, profissionalização, habitação, cultura, esporte e lazer com a mesma veemência.
- Infelizmente, a grande imprensa vem contribuindo para essa inversão de valores nas reivindicações, ao jogar os holofotes e câmaras para o resultado da violência e não para as causas. Todos nós temos a responsabilidade de participar da construção de uma sociedade pacífica, buscando a efetivação dos direitos humanos com mudanças das práticas individuais e institucionais. Desta forma, dizemos Sim ao Estatuto da Criança e do Adolescente e Não à Redução da Idade Penal.

